

“Histórias e Estórias de Acaraú – CE”: Documentário como Ferramenta para o Resgate do Patrimônio Cultural do Município.¹

Amaurícia Lopes Rocha BRANDÃO²
Instituto Federal do Ceará, Acaraú, CE.

Resumo

O documentário “Histórias e Estórias de Acaraú – CE” é uma produção dos bolsistas do projeto de extensão do Instituto Federal do Ceará – IFCE, que resgata do patrimônio cultural do município, por meio de relatos orais dos moradores. A relevância do projeto é a catalogação e distribuição do documentários as escolas do município. Comprova a relevância da comunicação, por meio do uso de mídias audiovisuais, como recurso de ensino aprendizado e para conscientizar a necessidade da valorização do patrimônio cultural de Acaraú.

Palavras-chave: educação; patrimônio; identidade; comunicação; Acaraú.

Introdução

Acaraú localiza-se na extremidade norte do Ceará, a aproximadamente 240 km de Fortaleza e faz limites com Cruz, Bela Cruz, Itarema e Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos, que formam o Baixo Acaraú (Fig. 01). O município possui 27 distritos, que são: Acaraú (sede), Aranaú, Juritiana, Lagoa do Carneiro, Cauaçu, Curral Velho, Macajuba, Cajueiro do Boi, Celsolândia, Santa Fé, Lagoa da Volta, Córrego das Varas, Ilha do Rato, Córrego de Ana Veríssimo, Almécegas, Córrego da Rola, Cachorro Seco, Mirindiba, Barrinha, Carrapateiras, Coroa Grande, Arpoeirás, Volta do Rio, Farol, Guajiru, Espriado, Sítio Alegre e Ilha dos Coqueiros.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Gestão de Negócios Turísticos – UECE. Orientador do Projeto de Extensão do IFCE. Professora de Eventos do IFCE – Campus Acaraú, email: amauricialopes@ifce.edu.br.

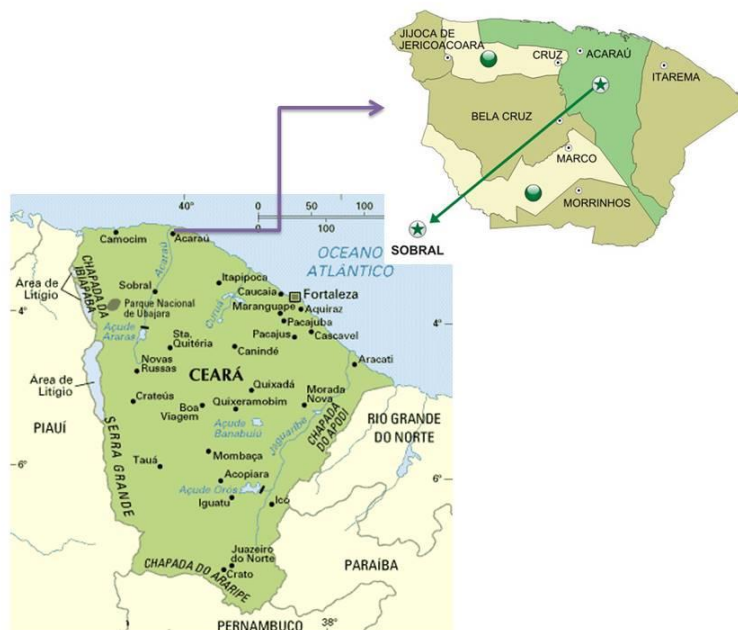


Figura 01: Mapa Baixo Acaraú.

Fonte: www.engeletricasobral.ufc.br/cns.saude.ce.gov.br

O processo de urbanização em Acaraú, acentuou-se após o ano 2000, provocando transformações não apenas na paisagem arquitetônica, com a demolição de alguns casarões para a construção de galerias de lojas, supermercados, restaurantes e outros. Mas, sobretudo, a desvalorização das manifestações populares que formam o patrimônio imaterial do lugar, principalmente, pela população mais jovem, que influenciada pela globalização não percebe a relevância das tradições da comunidade.

O interesse pelo tema surge durante experiência em sala de aula, ao ministrar disciplinas sobre patrimônio histórico, em que se faz necessário conhecimento sobre a cultura local. Ao observar desinteresse dos alunos em conhecer e valorizar as tradições do município. Surge assim, a ideia de criar um documentário com histórias reais e imaginárias do cotidiano da comunidade, por meio do projeto de extensão, intitulado “Histórias e Estórias de Acaraú, que já tem dois anos de atividades.

Em 2015, o projeto foi contemplado com edital de extensão, nesta fase os bolsistas realizaram pesquisas de campo, com a realização de entrevistas na sede e nos distritos de Aranaú, Barrinha e Arpoeiras. As entrevistas foram gravadas para produção do documentário, que está sendo finalizado na continuação do projeto intitulado “Memórias compartilhadas: exibição do documentário “histórias e estórias de Acaraú”, também, contemplado no edital do programa de extensão do IFCE de 2016.

Na segunda fase do projeto, os alunos após a edição e finalização do documentário,

doarão os DVDs a biblioteca do IFCE – Campus Acaraú, Biblioteca Pública Nicodemos Araújo de Acaraú, Museu Padre Antônio Tomás e para 40 escolas de Acaraú e municípios do entorno. Durante a entrega do documentário, será realizada palestra com alguns entrevistados no auditório do IFCE – Campus Acaraú, a fim de propor debate que pretende resgatar os valores e conscientizar a população sobre a relevância da conservação do patrimônio material e imaterial, solidificando a memória da população.

Além disso, o projeto permite estudar a relevância da utilização de mídias audiovisuais como ferramenta capaz de complementar o ensino e aprendizagem de determinados assuntos. Como, o patrimônio histórico de um município que pode ser muito mais interessante aos alunos quando junto com os conceitos também ocorre a interação com personagens reais que fazem parte do cotidiano do lugar.

Documentários: metodologia de ensino de patrimônio cultural

Os estudos sobre cultura se desenvolvem a partir do século XIX, com a introdução da Antropologia, palavra de origem grega que deriva de *Anthropos*, que significa “estudo do homem” ou “ciência do homem”. Devido à abrangência da área de estudo, antropólogos, por acordo tácito definem cultura como um dos principais campos para o estudo da origem da humanidade, aprofundando a classificação de variedades e investigação da vida dos chamados povos primitivos (LINTON apud MELLO, 1986 p. 18).

A relevância do estudo sobre cultura, dá-se pelo homem viver em sociedade. Dessa forma, ocorre a adoção de hábitos e costumes semelhantes, que consolida as tradições e permite a distinção entre comunidades. Para Berger e Luckmann (1967) apud Fleury (1987, p.8), “a vida cotidiana se apresenta para os homens como uma realidade ordenada”, ou seja, o indivíduo assume comportamentos designados pelas gerações anteriores.

Para Fleury (1987, p.8), “o indivíduo percebe que existe correspondência entre os significados por ele atribuídos ao objeto e os significados atribuídos pelos outros, isto é, existe o compartilhar de um senso comum sobre a realidade”. Assim, é preciso está inserido a uma cultura para compreendê-la e questioná-la.

Com isso, a partir da transmissão a nova geração ocorre à legitimação da cultura. Conforme Berger e Luckmann (1967) apud Fleury (1987, p.8), esse processo “consiste em explicar e justificar a ordem institucional, prescrevendo validade cognitiva aos seus significados objetivados; tem, portanto; elementos cognitivos e normativos e dá origem ao universo simbólico”. Por sua vez, pela cultura não ser estática, durante a legitimação

produz-se novos significados.

Cultura pode ser definida como “conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LEVI-STRAUSS, *apud* MELLO 1986, p. 397). Diferenciando o homem dos outros animais, como o único a possuir consciência de sua existência (BATISTA, 2010, p.105).

A cultura é responsável pela criação e consolidação da identidade cultural. Segundo Bauman (2005, p.13), quando um povo considera a cultura em que está inserido como dominante, esse processo torna-se prejudicial, devido à tentativa de homogeneização da identidade cultural ou tentar impor a outros povos, como ocorreu no mundo ocidental a partir do século XVI e continue mais acentuado com a globalização. Contribuindo para o desaparecimento de muitas culturas. Entretanto, o fenômeno da globalização apresenta como ponto positivo, a preservação da memória e fortalecimento dos laços sociais, quando se utiliza os meios de comunicação para este fim (SANTANA, p.7).

A identidade cultural constitui o patrimônio cultural, que de acordo com a Constituição Federal de 1988, no artigo nº. 216, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (MAIA, 2003, p. 1).

Tomaz (2010, p. 1-2) aborda a preservação do patrimônio histórico e cultural, a partir da compreensão dos conceitos do uso do espaço e a relevância dos lugares de memória, expressão utilizada por Pierre Nora, que descreve a sacralização de espaços com importante significado na memória coletiva. Para Pesavento (2002, p.26), nesse sentido, memória refere-se à “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”.

O patrimônio é constituído em material e imaterial. Conforme Paoli (p. 3), o primeiro compreende ao testemunho físico do passado. E o segundo, expressa-se não pela dimensão física, mas pelos saberes, tradições orais, modos de fazer, ritos, etc. No Brasil, o patrimônio é catalogado e fiscalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em 2000, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. E o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

(www.iphan.gov.br). O registro dos patrimônios é realizado por meio dos seguintes livros: Livro dos Saberes reúne os conhecimentos, técnicas, processos e modos de saber e fazer, enraizados no cotidiano das comunidades, como: tecnologias tradicionais de produção artesanal. O Livro das Celebrações, que contempla os rituais e festas da vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, pode-se citar: as procissões, festas e concentrações. O Livro das Formas de Expressão contém no acervo as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, como exemplos: folguedos, ritmos, linguagens, literatura oral. E o Livro dos Lugares, espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Exemplos: mercados, feiras, santuários, praças (www.iphan.gov.br).

Entretanto, não adianta a instituição de leis e programas governamentais se a população não se sentir inserida na cultura a qual faz parte, valorizando e preservando sua essência. Com isso, a educação patrimonial torna-se relevante, Maia (2003, p.3) afirma que “é um processo que conduz o homem ao entendimento do mundo em que está inserido, elevando sua autoestima e à conseqüente valorização de sua cultura”. Deve-se induzir a população a participar do processo de preservação do patrimônio cultural.

Como forma, de conscientizar a comunidade é necessário que o Poder Público faça uso dos meios de comunicação, de exposições e cursos, que possam sensibilizar a população para a importância do assunto. Assim para, Maia (2003, p.3) “o direito à memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio, passando então a impedir a degradação e a destruição do meio ambiente, imóveis e objetos culturais, numa ação de salvaguarda preventiva”. Uma vez que pode-se criar várias políticas de preservação, mas apenas são eficientes quando a comunidade faz parte desse processo, resultando na transmissão da herança cultural dos antepassados.

Diante da relevância de valorizar e compreender a cultura local, percebe-se a importância da inserção deste conhecimento em sala de aula. A chamada “Sociedade da Informação”, permite o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no dia a dia, assim:

As características fundamentais da sociedade contemporânea que mais têm impacto sobre a educação são, pois, maior complexidade, mais tecnologia, compreensão das relações de espaço e tempo, trabalho mais responsabilizado, mais precário, com maior mobilidade exigindo um trabalho multicompetente, multiquificado, capaz de gerir situações de

grupo, de se adaptar a situações novas, sempre prontas a aprender. Em suma um trabalhador mais informado e mais autônomo (BELLONI, 2001, p.39).

O discente contemporâneo é um sujeito inquieto como a sociedade que está inserido, que busca informações que também lhe permitam maior interação e que evitem monotonias. Dessa forma, é urgente que a educação adote novas tecnologias que despertem o interesse aos alunos de conteúdos que abordem assuntos, como as tradições culturais, que tendem ao esquecimento com as tendências do mundo globalizado. Dessa forma, Moran (2000) relata sobre o modelo educacional da sociedade atual:

Precisamos tornar a escola um espaço vivo, agradável, estimulante, com professores mais bem remunerados e preparados; com currículos mais ligados à vida dos alunos; com metodologias mais participativas, que tornem os alunos pesquisadores, ativos; com aulas mais centradas em projetos do que em conteúdos prontos; com atividades em outros espaços que não a sala de aula, mais semi-presenciais e on-line, principalmente no ensino superior (MORAN, 2000, p.10).

Com isso, observamos como comunicação e educação tornam-se ciências que se complementam e permitem melhorias no processos de ensino-aprendizagem, como os recursos audiovisuais. No caso da pesquisa, a produção de documentários que relatam histórias reais e imaginárias de um povo, solidificando e intensificando a valorização da cultura do lugar.

Para Teixeira (2006, p. 253), documentário é gênero cinematográfico, não-ficcional, capaz aproximar o aluno da realidade. Conceitua-se “no campo das ciências humanas, para designar um conjunto de documentos com a consistência de ‘prova’, a respeito de uma época”. É uma exposição filmada quase objetiva da realidade, que mostrar “as coisas como de fato ocorreram”. O documentário traz em si “uma forte conotação representacional, ou seja, o sentido de um documento histórico que se quer veraz, comprobatório daquilo que ‘de fato’ ocorreu num tempo e espaço dados”.

Napolitano (2009, p. 31) afirma que o conteúdo do documentário possui um “olhar verdadeiro e científico sobre o tema ou questão retratada”. Com isso, tem potencial de oferecer ao aluno que o assiste oportunidade de observar o próprio fato, ou talvez de retirar impressões mais diretas dele, contribuindo no processo educativo. Rodriguez (2009), complementa sobre o cinema e suas possibilidades educativas que:

1) [...] educa na contemporaneidade, nas questões que nos ocupam e nos

preocupam; 2) ativa o conhecimento, descobrindo de maneira lúcida aquilo que antes não havíamos reparado; 3) estabelece relações com a realidade que resultam mais imediatas, porém, igualmente, com aquelas que estão distantes; 4) [... obtém-se] ao invés de respostas um sem número de perguntas, sendo o motivo para aprender; 5) [capacita] pensar e contribuir em um novo discurso inspirado no diálogo e na necessidade de seguir aprendendo através da investigação (RODRIGUEZ, 2009, p. 139)

No tópico a seguir, apresentam-se os relatos orais transcritos das entrevistas realizadas para produção do documentário “Histórias e Estórias de Acaraú” produzido pelos bolsistas do Projeto de Extensão do IFCE – *Campus Acaraú*.

Relatos orais do documentário

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro/2015 a janeiro/2016. Os bolsistas fizeram aos entrevistados perguntas abertas e todos assinaram termo de autorização de uso da imagem. Os relatos descritos são fragmentos do documentário que está sendo editado. Para este artigo optou-se por utilizar apenas as estórias, ou seja, as lendas. Contudo, no documentário também possui muitos fatos relevantes para a construção da história de Acaraú.

Um professor de história de Aranaú relata que na infância em sua comunidade os moradores conviviam com lendas que despertavam o imaginário popular, como assombrações que amedrontavam o lugar.

Alguns moradores dizem que em algumas noites aconteciam alguns fenômenos. Eram gritos alucinantes que ecoavam pela madrugada, pedras que são jogadas contra portas e janelas, gargalhadas infernais, segundo os moradores, que vinham sempre com vento muito forte, mais quando alguém se atrevesse a abrir a porta não consegue ver nada.

Outra lenda de Acaraú é conhecida como “Fogo do salgado”, segundo relato de um pescador do distrito de Aranaú, conta que viu o fenômeno enquanto pescava com o pai na infância na ilha do Salgado uma localidade no interior de Acaraú, na margem das Cambôas. O pescador conta que “às vezes durante a pesca aparecia esse fogo para espantar os pescadores que ali iam para sua pescaria ou quando cortávamos lenha para as padarias da localidade”.

Destaca-se também, a lenda do “Pai do Mangue”, fenômeno observado pelos moradores ribeirinhos nas margens do Rio. Trata-se de um menino cabeludo que apagava as

fogueiras que os pescadores faziam para se aquecer ou preparar seus alimentos durante a pescaria.

Segundo o Sr. José, um pescador, “quando essa coisa aparecia, eles não conseguiam pegar nada, era como se os peixes sumissem, podiam pegar as redes e irem embora, porque a pescaria tinha sido fracassada”.

Diante deste relato, observa-se que para os mais céticos, quem seria responsável por apagar o fogo seria o vento. Uma vez que o município localiza-se em uma parte do Estado conhecida mundialmente pelos fortes ventos que favorece a prática de *windsurf* e *kitesurf*, principalmente, no segundo semestre do ano. Contudo, a comunidade atribuía o fato a um fenômeno sobrenatural.

Relatou-se ainda a estória do “assobiador”, que para os descrentes dos fenômenos sobrenaturais, também estaria relacionado aos fortes ventos do município durante os meses de agosto a dezembro. Segundo os moradores trata-se de um acontecimento, onde se ouvia um assobio muito forte, se a pessoa o imitasse eles ficavam “aperriando”, vocábulo cearense, que significa irritado. A partir de então a pessoa tinha que pegar seus pertences e sair, pois caso contrário, ficavam arrepiados, com as pernas grossas e dificuldade de correr. A lenda surgiu após um filho ter matado o pai, a assombração nunca foi vista, mas segundo o imaginário popular este personagem lendário carrega um caixão nas costas e quando coloca o caixão no chão para descansar, um cachorro aparece com os olhos de fogo, o fenômeno se assusta pega o caixão e continua sua jornada.

Os pescadores relataram também sobre a “Lenda do Mar”, segundo os entrevistados o fenômeno acontecia em “noite de lua cheia, horas altas, um homem aparecia cantando pela praia, e era tão triste sua voz que o luar, profundamente tocado, como que se desfazia em pranto sobre o mar. Não demorava, e desaparecia como aparecera”.

O homem era descrito “alto, musculoso, cabelo alourado de sol, tez morena, olhos verdes, era a figura de um pescador”. Era uma figura de todo desconhecida dos moradores, ali da praia da Arpoeira e das outras praias do entorno. Alguns moradores curiosos tentavam acompanhar os passos pela praia, mas ninguém nunca conseguiu se aproximar dele.

Os pescadores comparavam o homem ao vento, citando que “era como se andasse dentro do vento ou fosse o próprio em figura de gente”. Ainda contava a lenda que uma noite “o pescador de nome Glicério, ao segui-lo pela praia, quando viu estava ao lado dele,

tanto que o homem misterioso tinha uma cicatriz funda, no lado esquerdo do rosto. Fora a única pessoa que tivera esse privilégio”. Acrescenta-se ainda, sobre esta aparição que:

Pela visão bem de perto, e ao clarão do luar, pôde Glicério descrever, com mais detalhes físicos, pros moradores da Arpoeira, aquele homem que cantava à beira-mar, nas noites de lua, com uma voz como a expressão mais profunda de todas as tristezas. Dava a impressão de ser uma propriedade dos raios da lua.

Essa lenda explicava o desaparecimento de um pescador que naufragou e que nunca teve o corpo encontrado. Um dos grandes contadores era o velho Chico Pedro que vivia numa choupana no alto do morro mais alto da praia, na sucessão do coqueiral. A pedidos sempre repetia a história de um moço pescador do seu tempo de mais moço – não lembrava o nome dele – dizia que o moço era de outra praia cearense, mas que preferia pescar sozinho na praia de Arpoeira em uma pequena jangada de seis paus. .

Um dia, ao amanhecer, a jangada do pescador solitário do Ceará deu na praia do Morro-Pintado, vazia. E nunca mais o pescador solitário apareceu vivo ou morto. Seu Chico Pedro, contava que o pescador solitário sempre contava que “uma sereia seguia a jangada, pelas horas do entardecer, se fazia lua cheia, declarando-lhe um grande amor numa canção de tom verde, que parecia beber o silêncio enorme escondido do vento no azul profundo do mar sem fim”.

Por meio dos relatos percebe-se o dom que a comunidade tem em explicar fenômenos da natureza, como os períodos do ano em que o vento é mais forte, o raio do luar, que se intensifica nas noites de lua cheia. Lendas que despertam o imaginário da comunidade e que são relevantes para a construção da identidade cultural da população local.

Após a finalização do documentário pretende-se continuar as pesquisas com os alunos que assistirem o documentário, com aplicação de questionários e, assim, analisar o impacto que a mídia audiovisual trará para os jovens cidadãos do município.

REFERÊNCIAS

BATISTA, J. A. **Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura.** Revista Saber Eletrônico, Ano 1 Vol. 1 Nov / Jun 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELLONI, M. L. **O que é Mídia – Educação.** Campinas: Autores Associados, 2001.

BRASIL, U. **O filme Documentário como “Documento da Verdade”**. O Olho da História, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1301-139, 1995.

FLEURY, M. T. L. **Estórias, mitos, heróis cultura organizacional e relações do trabalho**. Revista Administração de Empresas. Rio de Janeiro, out-dez, 1987.

MAIA, F. A. **Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico**. Movendo Idéias, Belém, v8, n.13, p.39-42, jun 2003.

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural**. Petrópolis: Vozes, 1986.

PAOLI, P. de, **Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção moderna do passado**.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.A.B. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

PESAVENTO, S. J. **Memória, história e idade: lugares no tempo, momentos no espaço**. ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, 2002.

SANTANA, F. A. de, **Identidade e produção audiovisual: as transformações nas práticas sociopolíticas em comunidades tradicionais**. III EBE CULT – III Encontro Baiana de estudos em cultura.

TEIXEIRA, F. E. **Documentário moderno**. In: MASCARELLO, F. (Org.). História do cinema mundial. Campinas: Papirus, 2006. p. 143-155.

TOMAZ, P. C. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix: revista de historia e estudos culturais. Vol. 7 ano VII nº 2, 2010.